

# O KIMBUNDU: A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DAS LINGUAS DE ANGOLA NA PROVÍNCIA DO BONGO

## KIMBUNDU: THE LINGUISTIC DIVERSITY IN THE BONGO- ANGOLA PROVINCE

Alberto Kitanda Marcelino<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo visa apresentar as diversidades linguísticas de falantes do português de Angola, residentes na província do Bengo, com maior destaque as línguas kimbundu, umbundu e kikongo, sua importância cultural e sociolinguística nessa região do país. O trabalho situa-se na sequência do silenciamento das línguas de Angola na perspectiva de Matos (1926), CRA (2010) e das Leis 17/16, de 7 de outubro e 32/20, de 12 de agosto. Adotou-se uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, com a análise textual discursiva. Os resultados apontam que as diferentes línguas de Angola influenciaram o português mediante a inclusão de vocábulos provenientes de outras línguas e da junção de morfemas de palavras de línguas diferentes, resultando em novos vocábulos.

**Palavras-chave:** Diversidade linguística, província do Bengo, línguas de Angola, cultura e identidade.

### ABSTRACT

This study aims to present the linguistic diversities of Portuguese speakers in Angola, residing in the Bengo province, with particular emphasis on the Kimbundu, umbundu and kikongo, its cultural and sociolinguistic importance in this region of the country. The work is situated in the context of the silencing of Angola's languages from the perspective of Matos (1926), CRA (2010), and Laws 17/16 of October 7 and 32/20 of August 12. Among these, the Constitution of the Republic of Angola establishes Portuguese as the vehicular language of communication and education throughout the country. A qualitative descriptive approach was adopted, with discursive textual analysis. The results indicate that diversities of Angola's languages have influenced Portuguese from Portugal with terms and expressions that come from Kimbundu, contributing to the formation of other vocabulary.

---

<sup>1</sup> Doutorando pela Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, Mestre em Gestão e Administração Escolar pelo Instituto de Ciências Educativas de Portugal, Graduado em Ensino da Pedagogia pelo Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda da Universidade Agostinho Neto - Angola, Professor Auxiliar da Escola Superior Pedagógica do Bengo. E-mail: albertokitandamarcelino251270@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-6588-181X>.

**Keywords:** Linguistic diversity, Bengo province, languages of Angola, culture and identity.

## **Introdução**

O território angolano é habitado por um povo caracterizado pela sua diversidade, pluralidade e multiplicidade linguística. Do ponto de vista da linguística geográfica, Angola é um país plurilinguístico e multicultural, onde coexistem três grupos: as línguas Bantu (que ocupam maior extensão territorial), as línguas não Bantu (essencialmente os Khoisan) e a língua portuguesa.

“Angola é um país africano que se situa na região ocidental, mais concretamente na parte sul do continente” (Zau, 2002). O país encontra-se dividido em 21 províncias que são: Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo, Luanda, Icolo e Bengo, Cuanza-Norte, Cuanza Sul, Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Moxico Leste, Bié, Huambo, Benguela, Namibe, Huila, Cunene, Cuando e Cubango. Limita-se ao norte pela República Democrática do Congo (RDC), a leste, pela (RDC) e pela República da Zâmbia, a sul,la Namíbia e, a oeste, pelo Oceano Atlântico.

Especificamente na província do Bengo, localizada a norte de Angola, as línguas predominantes são o kimbundu, o Kikongo e umbundu para além da língua portuguesa, refletindo uma rica herança cultural e identitária, com a sede em Caxito, constituída por três (3) comunas, Kicabo, Mabubas e Caxito.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014), tem 33.016 quilômetros quadrados, com uma população estimada em 356.641 habitantes. Ao norte da província do Bengo faz fronteiras com as províncias do Uíge e Zaire, a leste, com Cuanza-Norte e Cuanza Sul, a sul pela cidade capital de Angola Luanda e, a oeste, pelo Oceano Atlântico.

Apesar dessa riqueza cultural, a história linguística de Angola foi marcada por um processo de silenciamento. Durante o período colonial, destacam-se as políticas de Norton de Matos (1912-1926) que através do Decreto nº 77 de 1921 proibiu o ensino das línguas indígenas nas missões e escolas, impondo o português como a única língua de instrução e interação escrita. Na atualidade, embora a Constituição da República de

Angola valorize as línguas de Angola como patrimônio cultural, observa-se uma colisão legislativa com a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei 17/16 de 7 de outubro alterada pela Lei 32/20 de 12 de agosto que não obriga o ensino dessas línguas, resultando na inexistência da sua massificação nos currículos escolares e na contínua priorização de línguas internacionais como o inglês e o francês.

Diante desse cenário histórico e social, o estudo parte da seguinte questão norteadora: que aspetos caracterizam a diversidade linguística das línguas angolanas, considerando suas origens, os silenciamentos históricos e as dinâmicas atuais de interação com o português?

Este artigo discute a diversidade linguística na província do Bengo, com maior realce à importância cultural das línguas faladas nessa parcela do território angolano e nas oportunidades relacionados a essa diversidade.

Optou-se pela pesquisa bibliográfica, que, segundo Godoy (1995), estuda fenômenos que envolvem os seres humanos e as suas intrincadas relações sociais estabelecidas em ambientes diversos. Neste estudo, abordamos os aspectos ligados as origens e diversidade linguística dos povos de Angola, O silenciamento das línguas de Angola por Matos (1912-1926) e a diversidade linguística dos povos da Província do Bengo.

### **Origens e diversidade linguística dos povos de Angola**

A sociedade africana original caracterizou-se pelo seu pluralismo étnico, não havendo nenhum grupo etnolinguístico dominante. De acordo com Carlos Estermann, alguém que queira fazer um estudo etnográfico geral de Angola esbarra, a partida, com grandes dificuldades.

Primeiro, é necessário fazer-se uma resenha das etnias que podem ser descritas e quais são os diferentes grupos populacionais que habitam o território. A guerra prolongada e as suas consequências agravaram as dificuldades de pesquisar sobre o número de grupos étnicos existentes em Angola e quais as suas designações. Contudo, houve tentativas de conhecer essa realidade, podendo-se destacar o trabalho realizado

por José Redinha (etnógrafo), materializado na Carta Étnica da Província de Angola. O mapa a seguir ilustra esta realidade.

Figura 1 – Grupos etnolinguísticos



Fonte: Redinha (1970).

Conforme o mapa e do ponto de vista da linguística geográfica, Angola é um país plurilinguístico e multicultural, caracterizado por três grupos linguísticos, nomeadamente: as línguas Bantu, as línguas não Bantu e a língua portuguesa.

As línguas Bantu ocupam maior extensão territorial, estando distribuídas em três zonas: as línguas Kikongo (noroeste) e Kimbundo (centro-oeste), a língua Cokwe (nordeste), Luvale (leste) e Ngangela (sudeste). Juntam-se as nomeadas acima a língua Umbundu (centro-sudoeste), Oxiwambo (sudoeste), Oxikwanyama e Oxidonga), Oxiherero (sudeste) e Olunyaneka-Nkhumbi (sudo-centro-oeste).

As línguas não Bantu são, essencialmente, constituídas por línguas Khoisan. A Unesco considera-as como uma das línguas em via de extinção. A maioria dos seus falantes encontra-se localizada em outras regiões de África, devido às guerras e algumas calamidades sociais que assolaram o país. Os poucos que restaram em Angola,

por motivos de sobrevivência e interação, tiveram de adotar as línguas Bantu (Instituto Internacional da Língua Portuguesa, 2010).

Angola sem mencionar a formação dos seguintes reinos:

O território que hoje constitui Angola assistiu à chegada portuguesa nos seus domínios no século XV (propriamente em 1482). Importa referir que na altura em que a caravana de Diogo Cão chega à terra que, mais tarde, viria a ser uma das mais vitais colónias de Portugal em África, aquele território era constituído por diferentes reinos, possuindo cada um a sua cultura e a sua língua. Mas dada à implantação e consolidação do sistema colonizador, que se tornou proprietário e senhor daquelas terras, os reinos então existentes, e em tempos desavindos, foram unificados, à luz dos interesses coloniais, num território único, entre os séculos XV e XIX, emergindo, por conseguinte, a nação que hoje é Angola, da qual a LP passou a ser o elemento de unidade nacional (Zau, 2011, p. 95).

Entretanto, apesar da imposição da língua do colonizador, as línguas dos povos locais não deixaram de ser usadas, porque, durante “a primeira colonização (séculos XV e XVI)” (Gonçalves, 2012, p. 414), não houve políticas linguísticas coloniais sólidas que objetivassem difundir a LP no seio da população colonizada, por um lado; e, por outro, talvez se deva ao fato de, como diz Calvet, “poder tirar-se a um homem, muitas coisas, mas nunca, nem mesmo em nome da língua de outros, tirar-lhe a sua própria língua com a sua anuência” (Louis-Jean Calvet, 1974, p. 155). Em conformidade com Gonçalves, “a definição de uma política educacional [...] através da qual pudesse ser desencadeada a difusão sistemática do Português, só ocorreu, portanto, na “segunda colonização (séculos XIX e XX)”, propriamente em 1930 (Raposo, 2013, p. 159). Sobre a mesma questão, Zau (2011, p. 95) assegura que:

Apesar de a língua portuguesa ser introduzida em Angola no século XV, tinha fraca expressão até o século XIX e mesmo durante toda a primeira metade do século XX. Com efeito, temendo a resistência das culturas e línguas africanas, e tentando, a todo o custo, impedir a crescente africanização da elite afro-portuguesa emergente nos séculos XVII a XIX (1620 a 1870), assiste-se, no século XVIII, a imposição de medidas legislativas a favor da língua e cultura portuguesas. (Zau, 2011, p.95)

Segundo Zau (2002, p. 39), “até ao século XIX, o reconhecimento da África subsariana limitou-se à ocupação dispersa de zonas costeiras e ilhas, por meio de entrepostos, feitorias e fortalezas, dedicados a atividades econômicas”, constituindo os seguintes reinos:

1. Reino do Kongo (séc. XIII a XV);
2. Reinos de Matamba e Ndongo (séc. XVI e XVII);
3. Reino da Kissama (séc. XVI e XVII);
4. Reinos do Planalto (séc. XVI a XVIII);
5. Reino de Kassange (séc. XVI e XVII);
6. Reinos da Lunda Tchokwé (séc. XVI a XIX);
7. Reinos do Sudoeste (séc. XVI e XVII);
8. Região de Comunidades pouco fixadas.

Esse critério usado para classificar linguisticamente a grande família Banta será utilizado para distinguir e classificar os grandes grupos etnolinguísticos do território. O grupo familiar coincide normalmente com a população da aldeia, pertencendo a chefia ao elemento mais velho ou mais preponderante, responsável também pela ancestralidade.

Segundo Redinha (1970), em Angola, podem ser encontrados vários grupos etnolinguísticos de origem Bantu e não Bantu.

#### I) Povos de Origem Bantu

a) Os Bakongo, os ovimbundu, os Nganguela, os Cuâncuas, os Herero, os Ovambo ou Ambó,

Redinha (1970, p. 34) argumenta que os Bantu falam as seguintes línguas: “Umbundu, Mbundu ou Tyambundu, Kikongo, Tshokwe e Lunda, Ongangela, Vaambo ou Xicuanyama, Va-nyaneka e Lumkumbi, Tjiherero e Oshindonga”.

Kajibanga (2003, p. 130) considera “a existência de três espaços socioculturais em Angola”. Estes espaços possuem características transnacionais, nomeadamente:

“Khoisan ou Hotentote-Bochimane: Kede, Nkung, Bochimanes e Kazama; Vátwa ou Pré-Bantu: Cuissis e Cuepes; Bantu: Ovimbundu (Umbundu), Ambundu (Kimbundu), Bakongo Kikongo), Lunda-Tcôkwe (Ucokwe), Ngangela, Ovambo, Nyaneka, Nkumbi, Axidonga e Luba”.

Esses grupos estão subdivididos em vários subgrupos aparentados, diferenciados vagamente pela variação linguística que, em alguns casos, estão associados ao nome do espaço geográfico que ocupam na área territorial do grupo. Aliás, os elementos de combinação linguística e espacial são determinantes na divisão e classificação dos vários subgrupos étnicos que formam os três espaços socioculturais que, hoje, constituem a sociedade angolana.

## II) Povos não Bantu

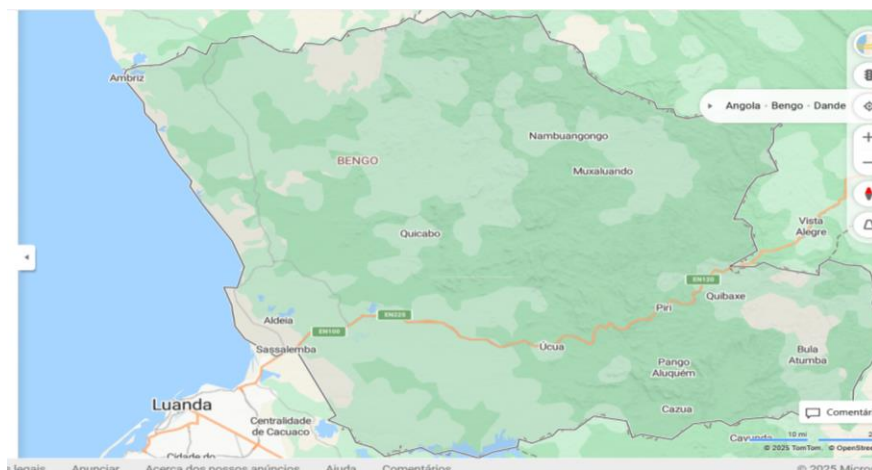
Existem, no território angolano, pequenos grupos étnicos não Bantu, que se dispersam irregularmente entre os Bantu:

Hotentote: Bosquímano (Khoisan) – Bochimanes, Cazamas, Hotentotes e Quedes Vátua: Cuandos, Cuepes, Cuí.

Embora na história pré-colonial, grande parte de África tenha sido cuidadosamente pesquisada e preservada, há relativamente pouca informação a respeito da região que forma a Angola contemporânea quanto ao que era antes da chegada dos europeus nos fins do século XIV. Os colonizadores de Angola, os portugueses, não estudaram as áreas de maneira tão exaustiva como os investigadores britânicos, franceses e alemães o fizeram em relação aos seus impérios coloniais. Assim, os portugueses estavam mais preocupados em registrar o passado do seu próprio povo em Angola do que em relação à história das populações indígenas.

Figura 2 – Mapa atual da Província do Bengo





Fonte: Nova Divisão Administrativa, 2024.

### **O silenciamento das línguas de Angola por Matos (1912-1926)**

José Mendes Ribeiro Norton de Matos nasceu a 23 de março de 1867, na paróquia de Santa Maria dos Anjos, Ponte de Lima, local onde foi batizado a 23 de abril do mesmo ano. Filho de Tomás Mendes Norton, Comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, natural de Viana do Castelo, e de Emília da Conceição de Matos Prego e Sousa, natural da freguesia da Queijada em Ponte de Lima.

Velho republicano e maçom, ministro por duas vezes e Governador de Angola, onde fundou a cidade de Nova Lisboa (atual Huambo), Norton de Matos fora um dos muitos professores destituídos pelo Governo de Salazar e impedido de continuar a dar aulas no Instituto Superior Técnico.

Governador-geral de Angola entre 1912 e 1915. Ministro das colônias de 19 de junho a 22 de julho de 1915. Foi Ministro da Guerra, entre 29 de novembro de 1915 e 10 de dezembro de 1917, em vários governos. Organizou o Corpo Expedicionário Português, principal força militar portuguesa que participou na Primeira Guerra Mundial, além de ter participado na Conferência de Paz de Paris, em 1919. Alto Comissário em Angola, a partir de 1920, embaixador em Londres, de 1924 a 1926, é deportado para Ponta Delgada de 1927 a 1929. Grão-mestre da maçonaria do Grande Oriente Lusitano (1932-1935).



Quando o major Norton de Matos desembarcou em Luanda, para o seu primeiro consulado, em 1912, é sensivelmente este o panorama religioso com que se depara.

Norton faz questão de cultivar boas relações com as autoridades eclesiásticas católicas, seguindo o seu antecessor, o histórico republicano Manuel Maria Coelho, ambos sancionados pelos mesmos governos republicanos que, na metrópole, legislavam e aplicavam medidas anticlericais.

A República permite a continuação da presença de missionários de qualquer religião ou nacionalidade nas suas colônias. Se é que quer preservar o seu domínio colonial e, mais no imediato, ver reconhecida a mudança de regime pelas chancelarias de países-chave na comunidade internacional e nomeadamente pela Inglaterra, que tardou quase um ano a chegar.

À parte o encerramento, nas cidades do litoral, de duas comunidades religiosas católicas, que as irmãs freiras se apressaram a aceitar sem qualquer reclamação, no que o bispo D. João Lima Vidal considerava ter sido uma precipitação, nas missões propriamente ditas, os missionários e religiosas permaneceram, apesar de, pontualmente, terem sofrido alguns dissabores e mesmo ataques de alguma gravidade, de elementos mais exaltados da população e de uma ou outra autoridade local.

Mas o Governo Geral de Angola não deu cobertura aos membros da Igreja e assegurou a manutenção do *status quo*, como reconhece o próprio D. João:

Alguns prejuízos de ordem material e moral resultaram do encerramento da missão de Calulo-Libolo, ordenado pela autoridade administrativa local em 1910 a 1911. A prontidão com que o Governo Geral da Província ordenou a reabertura da missão e o restabelecimento do *status quo*, tanto quanto o podiam permitir as circunstâncias, desvaneceu completamente o desprestígio sofrido pelos missionários perante o gentio.

Por outro lado, a continuação dos auxílios materiais e da proteção do Governo Português têm compensado amplamente os danos de ordem material que resultaram do encerramento da casa missionária. Reconhecendo isso, o missionário alemão Oscar Kohler pediu-me para fazer chegar às mãos de V. Exa. a desistência inclusa da qual faz

cientes, pelo mesmo correio, as autoridades diplomáticas do seu País (Brásio, 1971, p. 250).

Convém precisar que essas políticas linguísticas não eram meras formalidades, eram decretadas oficialmente, com cunho coercitivo, que se devia escrupulosamente cumprir Janeiro (2021). Em 1921, o então Alto Governador em Angola, Norton de Matos, emitiu o Decreto n.º 77, publicado no Boletim Oficial de Angola, n.º 50, 1.ª série, de 9 de dezembro de 1921, do qual são transcritos alguns pontos:

Artigo 1º, ponto 3: É obrigatório em qualquer missão o ensino da língua portuguesa; Ponto 4: É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira; Artigo 2º: Não é permitido ensinar nas escolas das missões as línguas indígenas; Artigo 3º: O uso da língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar da língua portuguesa;

Parágrafo 1º: é vedado na catequese das missões, nas escolas e em quaisquer relações com os indígenas o emprego das línguas por escrito ou outra língua que não seja a portuguesa, por meio de folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos; Parágrafo 2º: Os livros de ensino religiosos não são permitidos noutra língua que não seja a portuguesa, podendo ser acompanhado o texto português de versão paralela em língua indígena; [...] (IILP, 2010, p. 208) características das línguas nacionais, sendo que a língua é dinâmica e modifica-se no tempo e no espaço (Janeiro, 2021, p. 1).

### **A diversidade linguística da Província do Bengo**

Na província do Bengo registra-se a presença de uma grande variedade de línguas faladas, incluindo a língua portuguesa, considerada oficial. Essa diversidade linguística reflete a rica história e cultura dos diferentes grupos étnicos que habitam até hoje Angola. Estas características apresentam nuances específicas.

A diversidade linguística evidencia a variedade e a riqueza cultural, representada pelas diferentes línguas faladas em um local ou no mundo. Vai além da quantidade de línguas, valoriza as diferenças culturais, históricas e sociais ligadas a cada idioma.

Pluralidade linguística indica a existência de várias línguas ou variedades linguísticas em um mesmo espaço ou sociedade. Enfatiza o fato de haver múltiplas

línguas convivendo, sem necessariamente apontar para a complexidade cultural que isso envolve. Pode incluir variações, como dialetos, sotaques, gírias e registros formais/informais. Esse termo é mais usado em contextos de valorização e preservação de línguas, especialmente línguas ameaçadas.

A Multiplicidade Linguística implica a presença de múltiplas manifestações da linguagem, incluindo diferentes línguas, dialetos, registros, gêneros textuais e formas de expressão. É um termo mais amplo e abrange não só línguas distintas, como também modos diferentes de usar a linguagem em diferentes contextos. Pode incluir linguagem oral, escrita, digital, artística ou gestual.

A Sociolinguística surge, então, com o intuito de estudar a estrutura linguística (fatores ou aspectos linguísticos), relacionada aos fatores sociais (extralinguísticos). Assim, esta, ao estudar as relações desses fatores, estabelece a relação de língua e sociedade. Os falantes da língua e a sociedade estão juntos, se definem, se constroem na e pela linguagem, pelo processo de interação verbal, um influenciando o outro e determinando o comportamento um da outro, e pode-se chamar essa interação de manifestação natural (Marcuschi e Dionísio, 2007). Esta, por sua vez, entre indivíduo e sociedade, é resultado da variação linguística que Bagno (2007, p. 37) conceitua como: “A variação e a mudança linguística é que são o ‘estado natural’ das línguas, o seu jeito próprio de ser”. Se a língua é falada por seres humanos que vivem em sociedades, se esses seres humanos e essas sociedades são sempre, em qualquer lugar e em qualquer época, heterogêneos, diversificados, instáveis, sujeitos a conflitos e transformações, o estranho, o paradoxal, o impensável seria justamente que as línguas permanecessem estáveis e homogêneas.

Percebe-se que essas instabilidades na língua, conhecidas como variações ou mudanças linguísticas, são o que a Sociolinguística, como disciplina, vem analisar e explicar, considerando o uso real da língua, ou seja, seu uso corriqueiro, heterogêneo e variável. Nesse sentido, as variações linguísticas podem ser consideradas como um fenômeno normal, desenvolvido de diversas maneiras dentro de vários contextos sociais.

Na obra de Ferraz (2013), sobre a polissemia, metonímia ou extensão de sentido, cita-se que a semântica, tradicionalmente definida como estudo dos significados, trata as questões que envolvem a compreensão desta sua definição e o seu lugar ou contexto no universo da linguagem. O que significa dizer que algumas palavras em diferentes contextos podem adquirir significados e sentidos variados. Já Pietroforte e Lopes (2002) apresentam que o fenômeno da polissemia é tido como parte importante das línguas humanas.

Os autores argumentam que a linguagem humana é polissêmica, porque os signos têm um caráter arbitrário e ganham o seu valor nas relações com os outros signos, sofrendo alterações de significado em cada contexto. A polissemia é uma propriedade fundamental das línguas humanas sem a qual a língua tanto falada, quanto escrita, não podia funcionar eficientemente (Perini, 2005). O autor argumenta que seria impraticável dar um nome separado a cada “coisa”, incluindo aquilo que nunca vimos. A polissemia confere às línguas humanas a flexibilidade de que elas precisam para exprimirem todos os inumeráveis aspetos da realidade. A polissemia é, geralmente, chamada porque muitas palavras da língua possuem mais de um sentido e significado. Deste modo, a situação da duplicidade pode ser variada (Pustejovsky, 1995).

Para exemplificar, o autor cita a distinção feita entre ambiguidade contrastiva e polissemia complementar, usando o banco nos seguintes enunciados: a) ele está sentado no banco da praça; b) ele é cliente do banco há anos; c) o banco foi construído em 1990; d) o banco não cobra taxa referente a cheque especial.

Podemos afirmar que nas alíneas a) e b) refere-se, respectivamente, ao assento e instituição financeira, portanto são acionados dois sentidos de bases diferentes, fenômeno classificado de ambiguidade contrastiva. Já em (c) e (d), temos a ambiguidade complementar, pois se trata de dois sentidos para este item lexical que, na verdade, são manifestações do mesmo significado básico.

Segundo Timbane e Vicente (2017), em Angola, não se fala português de Portugal, mas o português angolano, que é o resultado da interação entre as línguas de Angola e suas culturas. Para os autores, as manifestações da variedade linguística do português angolano também se mostram ao nível lexical, fonético-fonológico,

semântico, pragmático, sintático e morfológico. Do exemplo de variação lexical, extraído de Pimentel (2015): o *cubico* desses *cambas* tem sido o refúgio desses *wis*. São *putos* da *banda*, que dão no duro todos os dias. Os *kotas* que têm muita massa, não conseguem *micchar* os *ndengues*. As *mboas* que não *maiam* e não querem saber do que as pessoas pensam quando com bacia na cabeça metem-se na *zunga*. *Paiam* de tudo um pouco até as *magogas* acompanhadas com um *bebe-e- me deixa*.

Assim sendo, as palavras apresentadas por Pimentel (2015) fazem parte do português falada em Angola. Para Ribas (1985), “a conservação do remoto patrimônio da leitura e escrita, bem como a instrução em Angola, transmitia-se preciosamente de pais para filhos, aos serões à quentura da fogueira, por meio de contos, provérbios e canções. Isto é, por meio da fala que constitui os sinos das palavras em língua kimbundu.

Desta forma, na língua angolana kimbundu, a mais afetada no processo da colonização, por existir apenas dois períodos (dia e noite), usa-se *wazekele* para perguntar como passou a noite e *wanange* para dizer como passou a noite. Na variedade do português de Angola, o vocábulo *cunanga* tem origem na palavra *wanangue*. A nova forma designa a pessoa desempregada, que passa o dia no bairro, sem fazer nada, por exemplo: ela/ela é *cunanga*.

Assim, a diversidade linguística dos povos que constituem o solo pátrio angolano, em especial, os da província do Bengo, não é uma exceção tratando-se das línguas de seres humanos que na sua dinâmica e em função da circulação de pessoas e bens em determinados contextos, algumas palavras português de Angola, foram adquirindo ao longo da história outros significados influenciados pelas línguas de kimbundu, umbundu, kikongo.

A contribuição mais visível dessas línguas é a introdução de centenas de palavras que descrevem a fauna, a flora, os costumes, a culinária e as relações sociais, para as quais o português europeu não tinha termos exatos ou cuja expressividade era menor, tal como o macunde, o mufuete, o calulú, o fuenta, a cabaça, a sanga e outros.

Do *Kimbundu*: por ser a língua da região de Luanda, Malanje, Cuanza-Norte, Bengo, Cuanza-Sul e Icolo-Ibengo, teve um impacto massivo. Palavras como batuque,

cachimbo, caçula, cafuné, marimbondo e moleque. Do *Umbundu*: Sendo a língua mais falada numericamente em Angola (Centro e Sul), influenciou fortemente a gíria e o falar cotidiano, especialmente termos ligados ao comércio e trocas culturais no planalto central.

Do *Kikongo*: Influenciou termos ligados à espiritualidade e governança na região norte, além de palavras que cruzaram fronteiras devido ao antigo Reino do Congo. Com a polissimização, surge a neossemântica, incorporada no kimbundu e no umbundu e Kikongo, línguas faladas pelos habitantes do Bengo, ou seja, o processo de angolanização da língua portuguesa, que se refletiu em nível de significação de palavras. Por exemplo, na língua portuguesa, a palavra “pentear” tem o sentido próprio de “arranjar o cabelo”, no novo sentido angolano significa “extorquir dinheiro aos cidadãos”; “gasosa” que significa “refrigerante gaseificado”, no novo sentido angolano significa “gorjeta ou suborno”; “carro”, que significa meio de transporte”, no novo sentido angolano é chamado por “*ruca*” *boter* ou *popo*, “criança” que significa “bebê” ou pessoa de pouca idade, no novo sentido é chamada por “*ndengue*, meu *puto*, *pió*” mona; “esposa”, que significa mulher casada com alguém, no novo sentido angolano significa, “minha *mboa*, minha *canuca*, minha *blai*, minha *fofuxa*; “pequeno almoço”, a primeira refeição do dia, chamado pelos brasileiros como café da manhã, no novo sentido angolano significa mata-bicho; “pobre”, que significa pessoa sem recursos de auto sustentabilidade, no sentido angolano significa “*wazebele*,” “dinheiro”, que é o meio utilizado para o pagamento no novo sentido angolano, diz-se *mbongo*, *jabá*, *faz-me rir*, *larjan*, “residência”, que significa lugar de habitar, no novo sentido angolano, significa *cubico*, *palé*, *bulixo*; o “desempregado”, que significa indivíduo que não trabalha e passa o dia em casa, no sentido angolano, diz-se *cunanga*; ainda no mesmo sentido de desempregado, caso a mulher esteja empregada e o esposo, não, no sentido angolano, diz-se *pacheco*.

Ndombele (2025) revela que Angola foi, durante cerca de cinco séculos, colônia portuguesa e conquistou a sua independência a 11 de novembro de 1975. O país está passando por uma fase de reconstrução e desenvolvimento em todos os setores desde 2002, e um dos principais desafios com que se depara é o da educação, fragilizada por 27 anos de guerra fratricida. Entretanto, tem sido preocupação do Estado angolano,

por meio do Ministério da Educação, traçar estratégias que visem orientar, acompanhar e executar a política do Executivo relativa à educação. Em 2010, a Constituição da República de Angola incluiu medidas de ordem linguística. O artigo 19.º, do referido diploma proclama, pela primeira vez, que o português é o idioma oficial da República de Angola. No seu ponto 2, atesta que o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional (Angola, 2010). Ao mesmo tempo que expressa os valores estatais e promove o estudo, a educação e o uso das outras línguas de Angola, como também as principais línguas da comunicação internacional. Supõe-se que as principais (línguas) da comunicação internacional sejam o inglês e o francês, pelo menos na África. O artigo 21.º da Constituição obriga o Estado a proteger, melhorar e honrar os idiomas angolanos de origem africana como herança cultural e favorecer o seu desenvolvimento, como línguas da identidade nacional e comunicação. O mesmo artigo, sobre as tarefas fundamentais do Estado, atesta que constituem tarefas fundamentais do Estado angolano n) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como patrimônio cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação (Angola, 2010).

Sobre as leis e a língua, só algumas leis tratam de um modo pontual sobre o uso dos idiomas em Angola. Mas há uma que parece mais importante que outras: a Resolução n.º 3/87, de 23 de maio. Por essa resolução, são, experimentalmente, aprovados os alfabetos das línguas, como Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu e Kwanyama, como também as respectivas regras de transcrição. Quanto à língua, a Lei 17/16, de 7 de outubro, no artigo 16.º, nos pontos 3, 4 e 5 aponta que:

3. Podem ser utilizadas as demais línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino nos termos a regulamentar em diploma próprio. 4. O Estado promove políticas públicas para inserção e a massificação das principais línguas de comunicação internacional, em todos os subsistemas de Ensino com prioridade para o ensino do inglês e do francês. 5. As escolas consulares, como instituições de ensino pertencentes a Estados estrangeiros ministram aulas na língua oficial dos seus respetivos países (Angola, 2016, p. 4.424).



Nesse sentido, observa-se uma colisão com o artigo 21.º da Constituição da República de Angola e o artigo 16.º da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Esta última não obriga o ensino das línguas de Angola e remete à possibilidade de um diploma próprio, que até a data dos fatos, não se encontra criado, dependendo da vontade dos profissionais e dos legisladores.

Há a inexistência da massificação das principais línguas de Angola e continua a elevação das línguas internacionais (inglês e francês).

O português continua a ser a única língua de ensino em Angola. Antes da independência, o “português da metrópole” era a única língua de instrução nas escolas. Após a sucessão de Portugal, “português angolano” voltou com força, não estando oficialmente na instrução escolar. As elites angolanas nunca pensaram em trazer as línguas africanas à escola. Deve ser dito que o uso de português foi visto como um fator de integração social e unificação nacional devido ao contexto social e político que se viveu no pós- independência que desconsiderou a diversidade linguística e cultural dos povos que constituem Angola como fator fundamental da integração e unificação nacional.

### **Considerações finais**

A diversidade linguística dos habitantes e falantes da província do Bengo-Angola é devido à quantidade de línguas angolanas faladas e escritas, formadas por Kimbundu, Umbundu e Kikongo, além do português.

A interação entre o Umbundu, Kimbundu e Kikongo (e outras línguas bantu) e a língua portuguesa é um fenômeno fascinante de contato linguístico. Essa diversidade não apenas enriqueceu o idioma, mas transformou o português falado em Angola em uma variante única, viva e profundamente ligada à identidade africana.

A coexistência entre o Umbundu, o Kimbundu e o Kikongo e a Língua Portuguesa em Angola configura um cenário sociolinguístico fascinante, mas repleto de desafios complexos, porquanto a província do Bengo vive uma tensão constante entre a necessidade de unidade nacional (representada pelo português) e a urgência da preservação da identidade cultural (representada pelas línguas Bantu).

Com as palavras em língua *kimbundu*, *umbundu* e o *kikongo*, sobretudo aquelas que possuem o mesmo significado em português, influenciaram positiva e culturalmente o português dos falantes não apenas os residentes na província do Bengo, mas também nas províncias vizinhas.

Mas se no plano linguístico é isso o que acontece, no sociolinguístico acontece outro fenômeno: há uma espécie de conflito e hierarquização na função social das línguas, principalmente quando existem interesses extralinguísticos em jogo.

### Referências bibliográficas

ANGOLA. Assembleia Nacional. *Constituição da República de Angola*. Diário da República, Série n.º 23, 5 fev. 2010a. Disponível em: <https://www.cne.ao/storage/legislations/CNE-Legisla%C3%A7%C3%A3o-462164cce1169a.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ANGOLA. Assembleia Nacional. *Lei n.º 17/16 de 7 de outubro, 2016. Lei de Bases do Sistema de Educação*. Diário da República, Série n.º 65, 7 out. 2016. Luanda: Imprensa Nacional, 2016 b. Disponível em: [https://files.lex.ao/assembleia-nacional/2016/lei-n-o-17-16-de-7-de-outubro/download/lei-n-o-17-16-de-7-de-outubro\\_assembleia-nacional\\_lex-ao.pdf](https://files.lex.ao/assembleia-nacional/2016/lei-n-o-17-16-de-7-de-outubro/download/lei-n-o-17-16-de-7-de-outubro_assembleia-nacional_lex-ao.pdf). Acesso em: 5 jun. 2025.

ANGOLA. Assembleia Nacional. *Decreto Presidencial n.º 82/25 de 14 de abril*. Diário da República, I Série n.º 68 de 14 de abr. 2025. Luanda: Imprensa Nacional, 2025. Disponível em: [lex.ao/presidente-da-republica/2025/decreto-presidencial-n-o-82-25-de-14-de-abril/download/decreto-presidencial-n-o-82-25-de-14-de-abril\\_presidente-da-republica](https://files.lex.ao/presidente-da-republica/2025/decreto-presidencial-n-o-82-25-de-14-de-abril/download/decreto-presidencial-n-o-82-25-de-14-de-abril_presidente-da-republica). Disponível em: 5 de jun. 2025.

BAGNO; Marcos. *Nada na língua é por acaso. Por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BRÁSIO, António (ed.). *Lettre de l'évêque D'Angola et Congo au gouverneur général D'Angola*. In: Duquesne University. **Angola: 1904-1967**. Pittsburgh, PA: Duquesne University Press, 1971.

CALVET, Louis-Jean. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Payot, 1974.

FERRAZ, Mônica Mano Trindade. Polissemia, metonímia ou extensão de Sentido : Um estudo da metonímia em diferentes perspectivas da Semântica. *ReVel*, v11, n.º 20 2013.

GODOY, Arlinda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35 n. 3 p. 20-29 maio/jun.1995

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Projeção da população da província do Bengo*. Luanda, Angola, nov. 2014. Disponível em:

[https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao\\_637586920306616517.pdf](https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_637586920306616517.pdf). Acesso em: 8 abr. 2025.

JANEIRO, Helena Pinto. A questão religiosa em Angola. Norton de Matos e as Missões. In: FERREIRA, António Matos (ed.). *Religião, sociedade, estado: 100 anos de separação*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2021, p. 409-422.

KAJIBANGA, Víctor. Sociedades étnicas e espaços socioculturais. In: Embaixada da República de Angola na Rússia. *Angola, etnias e nação*. Moscovo: Casa editorial Lean, 2003.

NDOMBELE, Eduardo David. Literatura guineense: pensamento de Amilcar Cabral na construção da identidade da nação. Nginga & Sepé; *Revista Internacional de Cultura, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA) |v.5,nº1| p.260-273| jan/jun.2025.

MARCUSCHI, Luís Antônio; DIONISIO, Angela Paiva (org.). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática discursiva do português*. São Paulo: Ática, 2005.  
PIETRIOFORTE, Antonio Vicente Seraphim; LOPES, Ivã Carlos. A semântica Lexical. In FIORIN, José Luis. (org.) *Introdução a linguística*. São Paulo: Contexto, 2002.

PIMENTEL, Edno. *Um cubico sem aspas*. In: Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. 10 de jul.2015 Disponível em: <https://ciberdúvidas.iscte-iulpt/artigos/rubricas/idioma/um-cubico-sem-aspas/3199> acessado em 08 de setembro de 2025.

PUSTEJOVSKY, James. *The Generative Lexicon*. Cambridge: MIT PRESS, 1995.

REDINHA, José. *Distribuição étnica da Província de Angola*. 6. ed. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1970.

RIBAS, Oscar. *Uanga-(Feitiço)*. 4ª ed. Luanda: União dos escritores Angolanos, 1985.  
TIMBANE, Alexandre António; VICENTE, José Gil. O pluralismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora. *RILP-Revista Internacional em Língua Portuguesa*, nº31, p.91-112, 2017.

ZAU, Felipe. *Angola Trilhos para o desenvolvimento: temas educacionais*. Universidade Aberta de Lisboa, 2002.

ZAU, Filipe. *Educação em Angola: novos trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Movilivros, 2011.

ZAU, Filipe. Os Nganguela os primeiros Bantu de Angola. *Jornal de Angola*, 2 fev. 2010. Disponível em: <https://kandimbafilms.blogspot.com/2013/01/os-nganguela-os-primeiros-bantu-de.html>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Recebido em 29/10/2025

Aceito para publicação em 16/12/2025